

A PAISAGEM DO NÚCLEO PIONEIRO DE GOIÂNIA: UMA INTERFACE ENTRE PATRIMÔNIO E A METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

The landscape of Goiânia pioneer nucleus: an interface among patrimony and the contemporary metropolis

Márcia de ARAÚJO¹

Maria Geralda de ALMEIDA²

RESUMO

Desenvolve-se uma reflexão entre as categorias patrimônio, paisagem e a cidade contemporânea, tendo como referencial a patrimonialização da cidade de Goiânia. Pressupõe-se que na paisagem encontram-se inscritos elementos que traduzem a ação da cultura e são reveladores da presença de forças sociais, políticas e econômicas influenciando na trajetória histórica de uma sociedade e simultaneamente interagindo na produção do espaço urbano. A valorização do patrimônio edificado expressa, dessa forma, conteúdos que atualmente são determinantes dessa produção espacial.

Palavras-chave:

Goiânia; patrimônio; paisagem; cidade.

ABSTRACT

This article aims at developing a reflection between the categorical patrimonies, culture, identity and landscape, and having the patrimony of the city of Goiânia as a reference. It is estimated that in the landscape found there are elements which translate the cultural action and they reveal the trajectory history of a society, the presence of social forces, politics and economics. These elements influenced the historical trajectory of the society and simultaneously interacting on the urban spatial production. The constructed patrimony expresses, contents which actually are determinants of this spatial production.

Key words:

Goiânia; patrimony; landscape; city.

1 Mestranda em Geografia pela UFG. Artigo resultante das primeiras reflexões teóricas oriundas da dissertação de mestrado em Geografia, IESA/UFG, com o título: Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível? Orientação da Profª. Dra. Maria Geralda de Almeida. E-mail: marciarq@pop.com.br.

2 Professora doutora do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: mgdealmeida@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao examinar a cidade contemporânea pelo prisma da paisagem fica claro que a paisagem/espço urbano é marca da ação dos homens, reflexo da cultura de um povo, é um produto social que expressa através das formas, a sucessão do tempo. A metrópole desvela as forças de produção econômica impondo-se sobre a dinâmica de produção espacial. A cidade/ espaço urbano contemporâneo se constrói pela articulação entre a permanência de formas antigas que sobrevivem à imposição do 'novo', e as intervenções urbanas que modificam usos, funções dos lugares, alteram a morfologia e explodem as relações sociais tradicionais. (CARLOS, 2001)

Nesse contexto de fragmentação da sociedade, a questão patrimonial se revela. O modo de vida contemporâneo marcado pela velocidade e perda de vínculos sociais e afetivos faz com que o habitante da cidade encontre no passado, enquanto referencial de valores e de permanência, a segurança, um porto seguro rumo ao futuro, no caso, esse passado é representado pelo patrimônio em suas múltiplas possibilidades.

Com essa linha de entendimento, o presente artigo se propõe a fazer uma análise de enfoque geográfico constituindo um diálogo entre as categorias patrimônio, paisagem e a cidade contemporânea. Nessa perspectiva, será considerado o patrimônio arquitetônico da cidade de Goiânia tombado em 2003, formado pela sua estrutura urbana e por um conjunto de edifícios em estilo Art Déco. A discussão tem por finalidade compreender a paisagem do Núcleo Pioneiro da cidade de Goiânia a partir da complementaridade dessas categorias. Percebe-se que o significado dessa paisagem enquanto produto da cultura reflete forças econômicas, sociais e políticas que atuaram e atuam no processo de apropriação e, por conseguinte, influem tanto na materialidade dos espaços quanto na identidade dos grupos sociais. Pelo patrimônio de Goiânia pode-se perceber a escrita da cidade e compreender o atual processo de produção espacial.

Na estruturação das idéias preocupou-se, primeiramente, em apresentar a cidade de Goiânia entendida como metrópole e os bens patrimoniais alvo de tombamento federal. Em seguida, será realizada uma discussão teórica com abordagem cultural da categoria paisagem com base principalmente nas formulações de Cosgrove (2000), posteriormente será elaborada uma discussão sobre a cidade contemporânea e o fenômeno da patrimonialização, demonstrando que a incorporação da cultura pelo capital tem reflexos diretos na produção do espaço urbano.

GOIÂNIA E SEU PATRIMÔNIO

Goiânia, construída na década de 1930, cujo projeto urbanístico se alicerça em um traçado clássico ao qual foram agregadas características da cidade moderna, vivencia o processo de metropolização. Ele é expresso em problemáticas urbanas como o surgimento de novas centralidades, a insegurança, deficiências de transporte público, produção espacial marcada por desigualdades, dentre outros que o caracterizam e que demonstram sua conexão com as questões globais. Pela leitura de Peixoto (2004), infere-se que o processo de tombamento federal do Núcleo Pioneiro da cidade é um sinal revelador dessa conexão, assim como a existência dos grandes equipamentos e centros de serviço.

A paisagem do Núcleo Pioneiro é caracterizada pela predominância de edifícios comerciais e administrativos e se constitui em área de confluência de fluxos de transporte coletivo. Essa é uma região da qual os moradores tradicionais migraram para regiões mais valorizadas, abrindo espaço para a presença de ambulantes nas ruas, tornando crescente a popularização dos comércios e serviços. A população ali residente é reduzida, e a intensa movimentação de pessoas ao longo do dia dá lugar à noite e finais de semana, ao abandono, à insegurança e à marginalidade. Por outro lado, é nesse espaço, definido por um traçado urbano valoroso pela peculiaridade de representar as idéias urbanísticas do início do século XX, que se encontra um conjunto de edifícios em Art Déco, ambos, objeto do tombamento federal.

Goiânia se insere no contexto das cidades consideradas Patrimônio Cultural do Brasil, pela ação do tombamento de seu Centro Histórico. Com a portaria federal n. 507 de 18 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 24 de novembro do mesmo ano, alguns bens e elementos que o compõe foram tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e elevados à categoria de patrimônio da nação, passando a ser submetidos à sua legislação específica. Para o IPHAN (MANSO, 2004, p. 7) "o tombamento é um instrumento jurídico que coloca sob a proteção do Estado os bens de natureza material cuja preservação seja do interesse público".

Em Goiânia, dentre os bens tombados destacam-se os componentes do Plano Urbanístico inicial: vias, organização de quadras, edifícios e o núcleo urbano histórico de Campinas. No Núcleo Pioneiro de Goiânia destaca-se a Praça Cívica, elemento integrante do traçado urbano original, onde se encontram edifícios que desde o início integram essa região germinal da cidade, incluindo-se entre os bens do conjunto urba-

nístico e arquitetônico *Art Déco*. Todavia, antes disso, esse conjunto arquitetônico e urbano já se encontrava protegido por leis estaduais e municipais, além de estar diretamente ligado ao desenvolvimento das atividades públicas destas instâncias.

O estilo *Art Déco* presente no conjunto arquitetônico tombado, é caracterizado pela utilização de linhas retas, fachadas limpas e sóbrias, independente de grandes dimensões e volumes, provocam uma sensação racionalista e de monumentalidade. O *Art Déco* se adapta às diversas manifestações culturais, incorporando e mesclando elementos. Nesse aspecto ele expressou valores, comportamentos e culturas diferentes por todo o mundo.

No Brasil, o *Art Déco* foi bem aceito e utilizado tanto em projetos residenciais, quanto em edifícios comerciais e representativos do poder público. Para Coelho (2000), ele foi o modelo utilizado pelo Presidente Getúlio Vargas na representação de seu governo, por considerar que suas características estéticas e de monumentalidade, se identificava com o lema “Progresso e Modernidade”, expressando o desenvolvimento que igualaria o Brasil aos países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte.

Em Goiás, o *Art Déco* chega com o impulso do desenvolvimento do Estado, por meio da mudança da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, num momento de expectativas por mudanças políticas, de substituição de antigas oligarquias e, no plano do concreto, a introdução de uma nova linguagem arquitetônica representativa da modernidade, em substituição à tradicional arquitetura colonial portuguesa. Numa leitura sobre a arquitetura desenvolvida em Goiânia, Coelho (2000) coloca que a escolha do *Art Déco*, não aconteceu por opção dos autores ou por modismo e sim por ser a representação do poder autoritário do governo de Getúlio Vargas e de seus representantes estaduais. No seu entender, esse estilo, se tornou a arquitetura oficial de grande parte dos governantes totalitários da década de 1930 – 1940. Já no entendimento de Manso (2001), essa opção pelo

estilo *Art Déco*, na leitura dos edifícios públicos proposta por Atílio Corrêa Lima foi motivada pela precariedade financeira do Estado aliada às características arquitetônicas desse estilo que permitem edifícios monumentais sem a necessidade de utilização de materiais nobres ou exageros decorativos. Nota-se nos edifícios construídos na cidade a manutenção das características universais que identificam esse estilo, porém acrescidos de elementos regionais, adaptados à realidade econômica vivida naquele período histórico.

No contexto da cidade contemporânea, o tombamento do conjunto arquitetônico do Núcleo Pioneiro significa a preservação de valores da paisagem que assinalam a dimensão de vários tempos e ações que marcaram os lugares da cidade, bem como sinaliza a intenção subjacente de se construir uma imagem da cidade via patrimonialização. O tombamento também a preserva de valores da ditadura do “moderno”, que caracteriza a metrópole contemporânea, e se impõem no ritmo veloz dos interesses dos especuladores imobiliários, alheios à importância da permanência na cidade, de elementos que promovem a identidade. Para Carlos (2001, p. 172) “a morfologia além de servir para a prática social, revela também uma história, onde o tempo que se concretiza, no uso, produz a identidade, concretiza-se na memória”.

O processo de patrimonialização induz outras ações no âmbito das cidades, geralmente ele atua promovendo ações de reabilitação urbana¹ nas áreas de sua abrangência. Foi o que aconteceu na cidade de Goiânia, na gestão municipal no período de 2000 a 2004, impulsionado pelo ato tombamento do núcleo histórico, o poder municipal, coordenado pelo GECENTRO², iniciou uma série de ações com a intenção de reabilitar e recuperar o núcleo central entendendo-o como um ponto de onde emanariam melhorias para toda a cidade. O processo de reabilitação teve início pela Avenida Goiás³ e a construção do Mercado Aberto da Avenida Paranaíba. Também foi lançado o Projeto Cara Limpa⁴, cujo marco foi a recuperação do Grande

1 Reabilitação urbana de acordo com a Carta de Lisboa é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que diz respeito (VAS-CONCELLOS, L. M., MELLO, M. C. F., 2003, p.63).

2 Grupo Executivo de Revitalização do Centro.

3 Nesse processo houve a transferência de vendedores ambulantes e camelôs em atividade na Avenida Goiás para o Mercado Aberto da Avenida Paranaíba criado com o intuito de abrigar esses trabalhadores informais.

4 Projeto Cara Limpa valoriza a identidade arquitetônica, reconhecida e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN prevê a realização de intervenções urbanísticas e arquitetônicas como a recuperação das fachadas dos edifícios; a padronização dos letreiros e calçamentos; ordenação do mobiliário urbano e da arborização; e ainda a instalação de fiação subterrânea. (CENTRO DE TODOS – Prefeitura Municipal de Goiânia, 2004).

Hotel, pretendia estabelecer o diálogo entre a história e a contemporaneidade, incentivando a “limpeza das fachadas” dos edifícios construídos no estilo *Art Déco*, com a retirada dos elementos metálicos de propaganda comercial que encobriam os detalhes arquitetônicos destes edifícios. Naquele momento, estavam em fase de elaboração duas legislações: as Operações Urbanas Consorciadas e a criação de Zonas Especiais de Interesse Social, com objetivo de permitir grandes atuações e o incentivo à construção de habitações na área central, com o intuito de reocupá-lo com moradores, entendendo que assim, mediante esse uso, diminuiria o processo de degradação instaurado nessa região. As ações concretizadas foram significativas para a cidade, atualmente esse grupo está desativado e o processo de revitalização suspenso, no entanto, esse processo continua necessário e válido e foram percebidos resultados positivos.

Com o conhecimento do processo de patrimonialização instaurado em Goiânia e das características que compõem a área tombada, importa compreender esse processo, ou seja, de que maneira a definição de bens patrimoniais interfere e atua nas populações criando o sentido de nação, de povo ou grupo e capta, através da experiência histórica, os conteúdos simbólicos que lhe são inerentes.

O PATRIMÔNIO EM QUESTÃO

Para Fonseca (2005), o patrimônio representa uma escolha dentro do universo dos bens culturais, bens que serão eleitos como representantes de uma nação ou de um povo. Atualmente percebe-se um crescente interesse de abrangência mundial por essa temática como reação ao processo de globalização e o risco de estandardização das culturas.

O patrimônio surgiu na França no século XVII fruto da implantação do Estado Nacional e posteriormente se estendeu a vários Estados-Nações modernos. Pela sua origem, o patrimônio denota ser uma construção intencional, inicialmente, uma maneira encontrada para gerir os bens confiscados ao clero e à nobreza sob a justificativa de sua utilidade para a instrução pública. Posteriormente, identificado como elemento referencial para unificar nações. Sob essa perspectiva, os patrimônios nacionais serviam para criar referenciais comuns aos habitantes de um mesmo território, não obstante a presença de diversos grupos sociais e etnias unificá-los em torno de tradições e interesses comuns e elementos que expressam a identidade cultural (idioma, costumes e história nacional).

Naquele período, era relevante ao se preservar um monumento manter as suas características físicas, a integridade da forma e da matéria do bem, características que fixam os valores nele investidos e conferem sua autenticidade. Dessa forma “as noções de autenticidade e permanência fundam a prática de preservação ocidental e orientam toda a sua lógica” (SANT’ANNA, 2003, p. 48).

Segundo essa autora, no mundo ocidental, o patrimônio foi associado unicamente às coisas tangíveis e a preservação a uma prática constituída de operações voltadas para a seleção, proteção, guarda e conservação dessas coisas, diferente da concepção oriental na qual o que importa é preservar e transmitir o saber que produz os objetos. No século XX começam a ser introduzidas nos patrimônios as produções dos “esquecidos” pela história factual, os operários, os camponeses, os imigrantes, as minorias étnicas, etc. Também são incorporados os remanescentes do mundo rural e novos edifícios e monumentos que abarcam períodos pós-revolução industrial o que, para Choay (2001), aproximam cada vez mais para o presente o tempo passado, caracterizando uma expansão cronológica.

Todas essas concepções e conceituações acima discutidas influenciaram na construção do Patrimônio Histórico no Brasil. A criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 30 de novembro de 1937 com o Decreto-Lei n. 25, (COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO, 2006), consolida os anseios daqueles que lutaram pela instituição de mecanismos legais de proteção e preservação de elementos que expressam nossa identidade. No seu artigo primeiro define o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

A partir da década de 1960, novas reflexões culminaram no entendimento do patrimônio como documento e no estabelecimento de uma nova linha de trabalho. Essa nova postura via no monumento outros valores além das características estilísticas ou as linhas das fachadas. Ele passa a ser entendido como fonte documental e a leitura de sua significação é feita através de suas formas, sendo o conhecimento resultante revelador de sua condição como produto social. Nessa perspectiva, de acordo com Motta (2000), os sítios passam a ser percebidos como lugares onde se acumulam vestígios culturais que documentam a trajetória das sociedades locais.

Atualmente essa concepção de monumento-documento tem sido enfraquecida pela adesão do governo a uma política de globalização. Nesse modelo, o patrimônio é colocado no mercado, exposto ao jogo do capital e enfocado apenas o seu lado financeiro tendo como argumento a necessidade de o patrimônio se auto-sustentar. São afastadas ponderações, critérios e métodos anteriormente definidos e num retrocesso, voltam a ser valorados apenas o apelo visual mais imediato. O patrimônio volta a ser entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério da antiguidade interrompendo o processo de amadurecimento de questões conceituais e práticas. Por traz dessa mudança de atitude frente ao patrimônio estão características inerentes ao modo de vida urbano, notadamente às condições sociais, econômicas, políticas e culturais presentes nas metrópoles contemporâneas, questões que serão abordadas nesse artigo. Com a compreensão desses condicionantes, Jeudy (2005) afirma que o reconhecimento do patrimônio é possível a partir da percepção pela sociedade de que seus objetos, monumentos e locais são reflexos de sua história e cultura e permitem sua compreensão, expressando a identidade de uma região.

Neste aspecto, Santos (1994) corrobora com o que foi dito, entendendo que o valor dos bens culturais se revela, pois eles atuam como um documento, um registro, uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas, da dinâmica social e ficam impressas na paisagem. A categoria paisagem, portanto, é reveladora da dinâmica da cidade, de forças econômicas, políticas e sociais que, em processo de interação, resultam e interferem nos aspectos culturais. Dessa forma, entender a formação das paisagens, nos auxilia a visualizar e compreender a paisagem-patrimônio na cidade de Goiânia.

PAISAGEM E CULTURA

A paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia, correspondente à delimitação espacial deste artigo, é uma síntese de diversos momentos vividos pela cidade e sua sociedade. Como foi dito anteriormente, essa região germinal é caracterizada pela popularização de seu comércio e serviços, bem como pela migração da população que havia eleito o centro como local de moradia, em decorrência do surgimento de novas centralidades. Esse movimento expõe a dinâmica da cidade e marca a paisagem com a presença de objetos reveladores de diferentes temporalidades. Marcas que na cidade, segundo Lemos (1987), são expressões da sociedade. Para ele, as cidades se renovam, se expandem ou encolhem em razão de processos envolvendo as relações sociais e as condições econômicas, políticas e culturais. Observando os elementos da paisagem, as características dos objetos

que a compõe, podemos captar a evolução histórica de um dado lugar e percebê-la como a materialização de processos sociais e econômicos. Assim, ressaltamos nesse estudo algumas discussões envolvendo a categoria geográfica paisagem, pelo viés da geografia cultural, conectando-a com as concepções de cultura.

Na formação da paisagem a presença humana é uma constante, isto porque praticamente não existem lugares onde sua ação não esteja presente. Sauer (1998, p.23) diz que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. Para Santos (1994) a cultura sendo dinâmica, mudando ao longo do tempo, a paisagem também se desenvolve, passando por fases estabelecendo ao final uma nova paisagem que se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga podendo-se deduzir que ela é composta, por um conjunto de formas heterogêneas de diferentes idades que representam os vários modos de produção e de construção do espaço.

Direcionando a discussão de paisagem para a interface com a cultura, Gandy (2004, p. 86) avalia que,

A paisagem ocupa um lugar central nas ciências que utilizam a dialética da natureza e da cultura como meio de explicitar as interações e os elementos comuns da esfera biofísica e dos sistemas sociais. A paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades. Isso não significa que o campo da atividade humana é determinado pela moldura material do meio ambiente, mas sobretudo que a paisagem é o lugar de superposição de jogos de poderes e de símbolos que têm influência na imaginação dos homens.

Nessa perspectiva, Duncan (2004, p. 101), aproxima os conceitos de cultura e paisagem e infere que a cultura é um “sistema de criação de signos através do qual, necessariamente, uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada”. A paisagem é percebida como um dos elementos centrais num sistema cultural, um conjunto ordenado de objetos, passível de ser interpretado como um texto e que atua como um sistema de criação de signos pelos quais um sistema social é transmitido, reproduzido, vivenciado e explorado. Nessa linha de entendimento, Cosgrove (1998, p. 106 e 108) contribui esclarecendo que,

[...] as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. [...] todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer tênue. [...] (o simbolismo) serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer valores de grupos dominantes por toda a sociedade.

Dessa forma, Duncan (2004) enfatiza que é importante perceber o que é significado pela paisagem e como essa significação ocorre considerando os atores sociais de dentro e os de fora.

Esse olhar sobre a relação paisagem e cultura, conduz o conceito de paisagem à ênfase do caráter de construção cultural sofisticada a partir do entendimento desta, como resultante da associação de elementos físicos e culturais. Dentro desse panorama, Cosgrove e Jackson (2000, p. 18) enfatizam a compreensão da paisagem como “um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra”, o que resulta em um enfoque para as qualidades simbólicas da paisagem que produzem e sustentam seu significado social.

Depreende-se pelo que foi exposto que a paisagem marcada por elementos patrimoniais, signos da trajetória da sociedade, age ativando a memória, situando as pessoas e definindo identidades. Dessa forma, analisando Goiânia, infere-se que a paisagem patrimonial, assim como as demais paisagens, é uma construção social, política e econômica, que reflete a atuação dessas forças ao longo da história, expressando poderes e simbologias. A sua morfologia é marcada pela presença de elementos arquitetônicos e/ou urbanísticos representativos e significantes que expressam valores e sentidos que podem vir a ser apropriados tanto pela sociedade quanto pelo mercado. Nesse sentido, esses valores e significados podem estar difundidos na população ou podem ser intencionalmente produzidos. São paisagens sobre as quais pesa uma forte tendência para, através de um *re-making*, expressar a imposição de forças econômicas na apropriação dos seus espaços, incluindo-os nos circuitos do consumo de imagens e produtos, bem como a própria imagem desses lugares pode vir a se tornar emblemática da cidade.

Por se constituir em uma resultante de forças políticas, sociais e econômicas, passível de ser relacionada a discursos políticos e filosóficos pode-se inferir que observar e apreciar uma paisagem não são atos neutros, mas parte integrante do processo de reprodução da sociedade, conduzindo a paisagem a ser vista como um produto social. Nesse âmbito, Gandy (2004, p.80) esclarece que,

[...] as paisagens têm o poder de rematerializar um modelo dominante de relações sociais e culturais. [...] a paisagem não é apenas um tipo particular de expressão cultural da realidade, mas um meio de reforçar uma ideologia dominante em uma determinada sociedade.

A ideologia assinala um sistema de símbolos e de idéias que inscreve na realidade material, os modos de pensamento hegemônicos e assegura a reprodução das relações sociais existentes. Sob esse aspecto, Duncan (2004, p. 111) percebe a paisagem como um objetivador da ideologia no sentido de que ela tenta fazer com que “sujeitos e objetos, se apresentem como fixos, codificados, reificados, para fazer com que o que é evidentemente cultural apareça como se fosse natural”. A partir do que foi dito, percebe-se na constituição inicial da paisagem da cidade de Goiânia um exemplo de materialização de uma ideologia. Em um panorama abrangente, a construção da cidade estava em consonância com o ideal do Estado Novo de criar um homem novo, construído a partir da educação e trabalho. Pretendia-se integrar o país, conhecê-lo, ocupá-lo, preenchendo os vazios do território nacional direcionando fluxos migratórios. Nesse sentido a forma assumida pela cidade, também refletia o ideal de modernidade. Cidade planejada dentro dos moldes considerados ideais, a configuração do traçado e a arquitetura dos edifícios representavam o modelo utilizado pelo presidente Getúlio Vargas na representação de seu governo. No panorama local, a implantação da cidade significou a consolidação da ideologia do moderno, do progresso, “a expressão de um novo tempo” e substituição de antigas oligarquias. Também promoveu mudanças culturais ao promover o contato da sociedade goiana, até então isolada na imensidão do sertão, com outros, vindos de todas as partes do país. No aspecto da materialidade das formas, introduziu uma nova linguagem arquitetônica, alterando as paisagens notadamente coloniais e inovou as técnicas de construção pelo uso de novos materiais construtivos.

Esse exemplo ratifica a compreensão de Cosgrove (1998) sobre a paisagem humana entendendo-a como uma expressão intencional, parafraseando Geertz (1989), composta de muitas camadas de significados e propõe interpretá-la considerando a geografia como uma humanidade e como uma ciência social. A decodificação geográfica dos múltiplos significados das paisagens simbólicas acontece a partir do conhecimento profundo da área em estudo considerando as evidências fornecidas por “qualquer fonte que possa nos informar os significados contidos na paisagem para os que a fizeram, a alteraram, a mantiveram, a visitaram e assim por diante, e outras que possam desafiar nossas previsões e teorias” (COSGROVE, 1998, p. 109). Assim, no limite proposto desse artigo, uma das formas possíveis para a apreensão da categoria paisagem considerando a cidade Goiânia, seu Núcleo Pioneiro e o momento atual, consiste no entendimento da metrópole contem-

porânea e das forças econômicas, sociais e políticas que interferem nas questões patrimoniais e na produção do espaço urbano.

NO CONTEXTO DA METRÓPOLE

Conduzindo o olhar para as metrópoles, percebe-se que o processo de permanente mudança característico das cidades, se acelera. Para Carlos (2001, p.162), “a modernidade é marcada pela instantaneidade no que se refere ao tempo e pelo esmaecimento da memória impressa no espaço, enquanto desaparecimento dos referenciais da vida humana”. A Revolução Industrial e seu modelo de produção em série, marcaram e marcam as sociedades modernas. Esse período se caracteriza pela fluidez, pelo nascimento da reprodução técnica, da organização da produção em série do conhecimento, das mercadorias, das colonizações. Maldonato (2001, p. 113), considera que este é o momento do culto da velocidade e da ilusão da simultaneidade, da afirmação do contingente e do instantâneo,

Por um lado, a expectativa de diversidade do futuro, das transformações que ele implicará; por outro, o avanço, a mudança contínua, as revoluções dos ritmos temporais da experiência, a inserção dessa experiência num movimento acelerado de mudanças com intervalos cada vez mais breves e limitados.

Nesse processo de aceleração, esse autor percebe que a busca pela conquista de outros segmentos de tempo é algo fatal que aniquila com valores, esperas, esperanças, é o fim da mediação entre futuro e passado. Isso faz com que se viva o aqui e o agora, o instante, entendido como exterioridade do tempo e indicador do fim do tempo como experiência. O moderno desvela uma mutação radical da cognição do tempo e o epicentro dessa mutação é a metrópole. No seu entender, o espaço contemporâneo expressa um processo de desmaterialização e dessimbolização que refletem um tempo fragmentado e descontínuo. Vive-se a tensão entre o tempo dos homens – medida natural da vida - e o tempo do mundo. O viver na metrópole significa experimentar um descompasso entre a Ordem, o Projeto e a Lei e os tempos individuais, há uma considerável distancia entre os homens e os ritmos do planeta, os ciclos das estações.

Nessa perspectiva de acordo com Vaz (2002) a cidade compreendida como metrópole evidencia no plano material as relações de uma economia de mercado e de

uma sociedade complexa dividida em classes. O termo metrópole reporta às aglomerações urbanas, multifuncionais, que comandam relações econômicas com outras aglomerações. São resultantes do fenômeno de metropolização, porém não estão restritas apenas ao crescimento em dimensão pressupõe-se a concentração de população, atividades e riquezas. É o local onde se materializam formas e expressam-se funções, produzem movimento e conteúdo a partir de processos sociais resultantes da acumulação de capital. Pelas atividades desenvolvidas e dos fluxos gerados pelas relações entre elas, a metrópole favorece a (re) produção do capital. Esse movimento contraditório entre processos sociais e reprodução do capital, condiciona a sua organização espacial, caracterizada por usos diferenciados da terra tais como da área central, das áreas industriais e das áreas residenciais. Nesse aspecto, o arranjo espacial é produto social por refletir uma estrutura social de classe espelhada em espaços segregados e desiguais. No entanto, devido à sociedade ser dinâmica, o espaço produzido é mutável, transformando-se com ritmo e natureza diversos.

Nessa nova cidade atua o fenômeno denominado “revolução urbana” (BORJA, 2005), formado por um conjunto de fatores tecnológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais que se vinculam à globalização, tem como características relevantes: a ação da informatização modificando a relação espaço-tempo e permitindo desenvolver atividades diversas sem depender de uma localização rígida, aliada à generalização das modernas formas de comunicação (automóvel, redes de transportes e telefonia móvel); a condição atual de dominação do capital financeiro em detrimento do capital produtivo e sua característica nômade.

Barbosa (2006) confirmando esse quadro nota a lógica global-local presente no ordenamento territorial urbano, percebe nas intervenções urbanas a dinâmica de acumulação capitalista assumindo significados amplos por estar conectada a acontecimentos globais. Ocorre um novo empresariamento do espaço urbano entendido como a possibilidade de, na escala local, se realizar ações globalizantes. O capital multinacional em seu movimento de circulação enxerga os lugares e os configura como espaços flexíveis de alocação de provisões e recursos, criando novas hierarquias urbanas a partir das escolhas locais.

As intervenções territoriais urbanas, incentivadas pelo capital, ressaltam a criação de espaços liminares⁵, lugares ideais para a realização de uma economia de mercado em que estetização e competitividade são características marcantes.

5 “[...] o sentido de liminaridade remete à passagem de um status social para outro, um novo significado social e cultural assumido/atribuído ao espaço”. (BARBOSA, 2006, p. 134)

Nesses espaços, a paisagem é efêmera e fruto de uma sociedade marcada pela submissão e pelo dever, notadamente pelo consumo de objetos e imagens. Os indivíduos, envolvidos pelo mundo da mercadoria, em que a posse do objeto significa uma forma de afirmação social, vivem uma constante insatisfação resultante da não realização de seus desejos e necessidades que na verdade, são produzidos e programados por outros. Por traz desse fenômeno estão implícitas mudanças de comportamento e valores que caracterizam as sociedades modernas e alteram a concepção de identidade. Luchiari (2005) percebe a incorporação da subjetividade da cultura à racionalidade econômica, esta como manifestação de poder tem a capacidade de influenciar estilos, preferências de consumo, criar estética e outros aspectos da ordem cultural. Segundo Peet (1997, apud Luchiari 2005, p. 96) “o capitalismo estaria vivendo uma fase semiótica, onde o poder do signo toma o lugar do objeto. Não consumimos apenas os objetos em si, mas os signos e significados que eles incorporam”.

Ante o quadro apresentado das cidades contemporâneas como locais de transformação rápida e contínua, a cultura sendo incorporada pelo mercado e utilizada de forma crescente nas políticas urbanas e como estratégia principal dos projetos de reabilitação de cidades, a patrimonialização surge como uma forma de permanência. Para Jeudy (2005), o culto ao passado expresso na expansão das pesquisas patrimoniais revela que o ritmo de vida contemporâneo atua sobre o homem moderno como uma ameaça de perda de sentido e de continuidade. Isto desencadeou esse fato novo, da patrimonialização generalizada transformada na própria expressão da modernidade.

Nessa perspectiva, Jacques (2003) pondera que no espaço urbano contemporâneo atuam, às vezes simultaneamente, duas correntes de pensamento: a primeira preocupada em preservar o antigo preconizando a petrificação da cidade e a segunda, identificada com a cidade genérica ou urbanização generalizada. Esses dois discursos expõem a mesma intenção de transformar as cidades em um espetáculo mercantil. As propostas preservacionistas para os centros históricos trazem implícitas idéias de transformar esses espaços em locais para fruição turística. Da mesma forma, a difusão da cidade, a proliferação de espaços urbanos caóticos, a construção de novos bairros *ex nihilo* cria espaços propícios à especulação imobiliária mostrados de forma espetacular. Esse quadro expõe uma preocupação generalizada em se mostrar, reforçar ou até mesmo forjar uma imagem singular de cidade a

partir das características peculiares dos lugares e de sua população. Essa imagem é exposta e promovida no mercado global correspondendo à venda da própria cidade como mercadoria.

No mercado globalizado as particularidades culturais têm grande relevância, elas são elementos distintivos que, diante desse competitivo mercado de cidades, ressaltam os lugares singulares para a captação de investimentos e turistas. Por outro lado, à medida que essas cidades se comprometem com financiadores internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, são forçadas a seguir um modelo internacional homogeneizador que visa materializar a dinâmica do capital sobre o urbano tendo como meta o turista internacional e não o habitante local. O modelo de gestão patrimonial mundial segue essa mesma lógica, pois acompanha um padrão que não considera as especificidades culturais das populações envolvidas. Dessa forma, culturas e espaços urbanos distintos se homogeneizam ante a criação de cenários para turistas perdendo, muitas vezes, as características singulares mantenedoras da memória da cultura local. Esse contexto é revelador de uma idéia de patrimônio adequada ao mercado em que

[...] são dispensadas as leituras dos significados históricos da forma urbana para o entendimento das relações de apropriação dos espaços pelos grupos sociais. [...] O público alvo não é aquele que tem os objetos como fonte de identidade e história. O objetivo é atingir um consumidor (o novo tipo de consumidor, identificado por Harvey) que deve usar o bem cultural como uma atraente mercadoria ou como apoio ao consumo de outras mercadorias. (MOTTA, 2000, p. 269/270)

No processo de patrimonialização/reabilitação urbana do Núcleo Pioneiro de Goiânia, está contida essa dualidade. Por um lado é possível perceber, ainda que de forma incipiente, o reflexo disso nas ações de requalificação, empreendidas naquela região, dentre as quais, destacamos a restauração e reconversão de uso do prédio do Grande Hotel e o projeto Cara Limpa. Intervenções que analisadas mais profundamente deixam em evidência a prioridade do capital e a valorização do bem cultural e da estética como mercadoria. Se considerarmos essas intervenções adequadas ao tempo do mercado, priorizando o capital, como podemos valorizar o bem cultural neste processo? Nesse aspecto, Jeudy (2005) pondera que um dilema da gestão contemporânea dos patrimônios, é a possibilidade de perda do valor simbólico em razão de sua utilização como mercadoria.

Para esse autor,

o valor simbólico e o valor de mercado se confundem e é necessário que o patrimônio seja excluído do circuito de valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico. De imediato a prospectiva patrimonial se vê confrontada com uma contradição: por um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de *marketing*, mas por outro, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização. Presentemente, as estratégias mais correntes orientam-se na direção de uma combinação que contenha esta contradição: o que é tido como sagrado não impede a circulação de valores materiais. (JEUDY, 2005, p. 20)

Por outro lado, a visão do técnico que percebe no conjunto urbano arquitetônico de Goiânia o valor histórico, de documento íntegro do tempo passado. Sob essa ótica, de acordo com Fonseca (2005), o monumento importa enquanto documento de referências externas a ele, sendo fundamental para sua leitura que ele seja mantido íntegro – o que justifica a restauração e mesmo eventuais recriações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Goiânia enquanto metrópole, apesar de ser uma cidade jovem, vivencia as mesmas situações presentes nas grandes cidades. A rapidez das transformações faz com que sua paisagem seja constantemente renovada, fato que segundo Carlos (2001, p. 164) traz à sua população a “imposição do ‘tempo do efêmero’, do instável. O que produz relações vazias, criando estranhamento porque a rapidez das transformações na metrópole obriga as pessoas a se readaptarem constantemente às mudanças impostas pela produção espacial.”

Por um outro viés Chaveiro (2002, apud OLIVEIRA 2005), analisando a singularidade dessa metrópole expõe que Goiânia convive com dois tempos: um que revela a paisagem contemporânea e outro que retrata os elementos tradicionais da sua população residente de origem rural. Nesse sentido as relações entre a população e a cidade expressam essa dualidade, conforme Chaveiro (op.cit.) trata-se de um *ethos* próprio à cidade. Ou seja, nem tudo foi cooptado pelo sistema do mercado, podemos visualizar aqui o tempo do pertencimento, aquele no qual vivenciamos a cidade pelo valor do uso. É nesse contexto que compreendemos a paisagem do Núcleo Pioneiro de Goiânia frente a sua condição de patrimônio. E a partir dele podemos fazer algumas reflexões que nos possibilitam um caminho de interpretação.

O tombamento do Núcleo Inicial da cidade de Goiânia foi uma ação institucional visando preservar um bem de valor histórico, fator de constituição da memória e da identidade e significativo no campo do urbanismo. Quando analisada preliminarmente, sob o prisma da contemporaneidade, diante da efemeridade do tempo, da rapidez das transformações, frente à condição assumida de metrópole regional, nos transparece que essa ação, no tocante a totalidade dos bens, ainda não foi apropriada, reconhecida da forma proposta pela população. Há um distanciamento entre o que se propõe pelo tombamento e a prática real do uso e da apropriação. Convivem elementos reconhecidos e outros ignorados, visto que há uma carga simbólica que não tem respaldo nos condicionantes do tempo de hoje que fragmenta as relações e não permite a apropriação. Frente a isso, Jeudy (2005, p. 22) diz que,

para que exista *patrimônio reconhecível*, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. [...] A produção de ‘lugares memoráveis’, locais e monumentos, tende a provar que seu aspecto simbólico é ‘gerável’. Os organizadores do patrimônio podem assim acreditar que detêm os meios de tratar as representações comuns desses ‘lugares memoráveis’ como um capital simbólico. As memórias são colocadas em exposição para que o reconhecimento de sua singularidade seja igualmente assegurado. [grifo nosso]

Nesse sentido, Araújo (2004) em seu estudo sobre o patrimônio, observa uma ação efetivada por ocasião da assinatura do decreto de tombamento: a implantação nas esferas municipal e estadual, do Projeto de Educação Patrimonial com o objetivo de valorizar e preservar o patrimônio através do seu conhecimento, reconhecimento e apropriação por parte da sociedade, isto é gerar o reconhecimento do patrimônio, o que corrobora com a ponderação feita por Jeudy.

Se por um lado a população se reconhece em alguns elementos do traçado, em função da sua história com a cidade (OLIVEIRA 2005, MANSO 2004), por outro parece-nos desconhecer o valor histórico, artístico e simbólico, até mesmo a importância de outros elementos como os edifícios em *Art Déco*. Esses valores, se difundidos entre a população, constituem um repertório de informação que age minimizando a ação de interpretação e apreensão de significados e dão acesso ao que Ferrara (1993) denomina de sistema sógnico codificado, no caso desse estudo, os signos patrimoniais. Apesar dos esforços empreendidos pelos poderes municipais

e estaduais – há que considerar, neste caso, que estas ações estão na fase inicial e demandam tempo maior de maturação para obter uma resposta positiva da sociedade. Transparece-nos que a nova leitura dada a esse conjunto, se respalda mais no olhar do técnico sem ter o reflexo inteligível na população. Com essa compreensão finalizamos com algumas indagações

que apontam nessa direção: O patrimônio histórico de Goiânia se sustenta somente pela visão técnica e institucional? A carga simbólica deste conjunto é inteligível à população goianiense? São questionamentos que levantam a problemática da patrimonialização no tempo atual, e ensejam maiores esforços de análises na busca de respostas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Márcia de. *Praça cívica: patrimônio e turismo*. Monografia (Especialização em Capacitação e Planejamento em Turismo) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação do capital. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 125-145.
- BORJA, Jordi. Revolución y contrarrevolucion en la ciudad global. In: HARVEY, D.; SMITH, N. *Capital financeiro, propiedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: Universidade Autònoma de Barcelona, Server de Publicacions, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Morfologia e temporalidade urbanas: o tempo efêmero e o espaço amnésico. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 161-173.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Art déco: uma vertente da modernidade*. Goiânia: Vieira/ Trilhas Urbanas, 2000.
- COLETÂNEA DE LEIS SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 15-32.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.
- DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-Iphan, 2005.
- GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 75-90.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo. *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 1, n. 8, p. 32-39, 2003.
- JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.
- LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 15, n. 17, p. 95-105, 2005.
- MALDONATO, Mauro. *A subversão do ser: identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação*. Tradução de Luciano Loprete e Roberta Bami. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.
- _____. Traçado viário dos núcleos pioneiros. In: _____. (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: Seplan, 2004. v. 1, p. 56-66.
- _____. Traçado viário dos núcleos pioneiros. In: _____. (Org.). *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento*. Goiânia: Seplan, 2004. v. 2.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 257-287.

OLIVEIRA, Maria das Mercêdes B. de. *A praça em suas múltiplas dimensões espaciais*: o desvendar das similaridades e diversidades de praças goianienses. 207 fl.: il., color., tabs., grafs. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

PEIXOTO, Elane Ribeiro. Cidade genérica. *Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás*, Goiânia, v. 31. n. 11, p. 1993-2018, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

VAZ, Maria Diva A. Coelho. *Transformação do centro de Goiânia*: renovação ou reestruturação. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

